

COMUNICAÇÃO PARA A CIDADANIA DA MULHER: UMA QUESTÃO DE ENSINO, PESQUISA E LINGUAGEM

Alice Mitika KOSHIYAMA[□]
Maria Otília BOCCHINI^{□□}

RESUMO

Apesar das mudanças na sociedade, problemas relatados pelos movimentos feministas nos últimos 40 anos persistem: direitos de cidadania são plenos apenas para a minoria das mulheres. Por isso, nos espaços do nosso trabalho cotidiano, nas atividades de docência, pesquisa e extensão à comunidade, desenvolvemos atividades especializadas, imprescindíveis para revelar as possibilidades e as barreiras para o desenvolvimento da cidadania da mulher — dos direitos humanos ao desenvolvimento da autonomia para decidir sobre todos os assuntos da sua vida. Relatamos reflexões teóricas e experiências

[□] Professora do Curso de Graduação em Jornalismo e do de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (USP), Coordenadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Construção da Cidadania (ECA-USP/CNPq). Mestre em Ciências da Comunicação (ECA-USP), Doutora em Literatura Brasileira (FFLCH-USP) e Livre-Docente em Jornalismo. Autora de Monteiro Lobato, escritor e editor, 2^a. ed. ilustrada, São Paulo: EDUSP, 2006. e-mail: alicemitika@yahoo.com

^{□□} Professora do Curso de Graduação em Produção Editorial e do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Membro do Núcleo de Pesquisa Jornalismo e Cidadania e do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Construção da Cidadania (ECA-USP). Mestre em Comunicações (IMESP) e Doutora em Ciências da Comunicação (ECA-USP), é autora de Para Escrever Bem (com M. Elena O. Assumpção), São Paulo: Ed. Manole, 2002. e-mail: otiliabocchini@uol.com.br

vividas para debater possíveis caminhos para o futuro.

Palavras-chave: comunicação; gênero; feminismo; práticas de ensino; pesquisas-linguagem.

ABSTRACT

In the last 40 years, in spite of the changes in society, the problems related to the feminist movements still persist: the rights of citizenship are only for the minority of the women. Thus, in the workplace, in the teaching activities, research and extension to the community, we develop specialized activities, indispensable for revealing the possibilities and the barriers for the development of women's citizenship — of human rights to the development of autonomy to decide about the matters of life. We report theoretical reflections and lived experiences in order to debate future possible ways.

Key words: communication; gender; feminism; teaching practices; research-language.

A COMUNICAÇÃO DA IGUALDADE

“Ao experimentarmos mudança, temos de mudar também a forma de nos comunicar. Ou temos um enfoque de gênero para analisar a vida ou não adianta termos um pedacinho no programa; é como ficar ‘um pouquinho grávida’. Devemos fazer comunicação com enfoque de gênero, O que implica em defender a consolidação da comunicação como direito humano de todas as pessoas, de toda a população, uma condição para construir a democracia brasileira e latino-americana. A comunicação social não muda se a sociedade não mudar, e uma sociedade eqüitativa entre homens e mulheres não será construída com a base patriarcal que temos. É um processo que exige desconstruir conceitos e condutas, ainda muito insuficientes, apesar de alguns avanços. Tem a ver com uma internalização de valores, não basta ser mulher.”

Sandra Aliaga Bruch [1]

1. A LUTA PELA IGUALDADE DE DIREITOS E DEVERES

Reconhecemos a legitimidade acadêmica da busca de uma cidadania plena para todas as mulheres, parte de uma perspectiva feminista que resulta do conhecimento da história das lutas para superar as limitações colocadas pelas ideologias dominantes e pelas práticas culturais discriminatórias repetidas ao longo do tempo.

Em nossa formação como cidadã, assumimos posições concretas diante de questões sobre o destino da mulher na sociedade. Nas atividades de docência e pesquisa trabalhamos com a perspectiva da história e da defesa da cidadania. A Constituição Federal de 1988 reconhece a igualdade de direitos entre homens e mulheres e afirma a plena capacidade da mulher para agir e resolver todas as questões da sua vida adulta, sem uma tutela masculina. Pela Constituição anterior, a mulher era um ser semicapaz, como os menores e índios.

No entanto, na vida prática, muitas discriminações persistem com a complacência e até a ignorância dos direitos pela maioria da população. No limite, há pessoas que conhecem a lei e não a aceitam, rejeitam a prática da lei.

Por isso, é importante desenvolver estudos nas diversas disciplinas do curso de comunicações sobre temas que demandam esclarecimentos. Uma abordagem humanista do feminismo permite problematizar os direitos e obrigações de homens e mulheres em suas relações e na vivência dos valores da cidadania.

2. A LONGA DURAÇÃO DO FEMINISMO

A. M. Koshiyama em texto apresentado no Congresso da ANPUH-SP (setembro, 2008) comprovou o comprometimento da escritora Ercília Nogueira Cobra com os valores da igualdade de gênero, com a proposta de uma nova educação [nos anos vinte do século passado] para as mulheres de todas as classes sociais, preparando-as para o trabalho e a vida em sociedade livre de tutelas masculinas [2].

Ao propor o fim da dupla moral em relação aos direitos sexuais

e reprodutivos, tocava em uma questão só desenvolvida e equacionada pelos movimentos feministas das últimas décadas do século vinte, mas não solucionada ainda (há religiões e estados que continuam discriminando a mulher em todos os direitos de cidadania).

A repressão que sofreu das autoridades religiosas católicas, que interditaram seus textos, e de policiais que apreenderam a primeira edição do seu livro, não arrefeceu sua radical oposição a tudo que a oprimia.

Ercília Nogueira Cobra discordava do conceito de higiene mental da psiquiatria dominante que diagnosticava o desajuste psíquico, a histeria em mulheres. Ela demonstrou que o desajuste estava no sistema social e ao denunciar o sistema, adotou um discurso radical pela emancipação da mulher. Não se sabe como foram seus últimos anos de vida, destaca M. L. de Barros Mott, que procurou reconstituir os passos dela, que se distanciou da família [3].

Mas ela não se agrupou com as mulheres que lutavam, na mesma época, pelos direitos civis e políticos, como o de votar. Não formou grupos, não teve organizações e nem meios de comunicação, na sua época, que ampliassem a divulgação de suas idéias. Exceto o editor e escritor Monteiro Lobato, um simpatizante da causa feminista, que publicou a 1ª edição de *Virgindade Anti-Higiênica* (1924) e o divulgou [4].

Sua obra e sua vida apontavam para um tempo no futuro muito distante, pois as mulheres naquela época estavam destinadas a lugares marcados: o lar, o prostíbulo, o convento, conforme demonstra a tese de doutorado de Margareth Rago, *Os prazeres da noite* (1991).

Nos anos sessenta do século vinte várias das propostas de Nogueira Cobra sobre direitos sexuais e reprodutivos integravam a pauta dos movimentos feministas, comprovando-se a sua pertinência para a história das mulheres. Elas se agrupavam em movimentos sociais e conseguiam legitimidade como área de pesquisas históricas, explicou Michelle Perrot a Laura Greenhalg, sobre o primeiro curso que organizou na Sorbonne sobre história das mulheres [5].

Em relação ao feminismo de Cármen da Silva, notamos diferenças na visão de Ercília Nogueira Cobra, pelo padrão único de comportamento

proposto às mulheres, o de se igualar aos homens nas oportunidades de educação, trabalho e exercício da sexualidade. Mulheres deveriam estudar e se formar para ocupar um posto no mercado de trabalho e serem independentes da tutela masculina em todos os momentos de sua vida.

Entendemos que no tempo de Ercília Nogueira Cobra, a mulher vivia sob o peso esmagador do anti-higienismo das leis e dos costumes, o que impedia o seu pleno desenvolvimento: intelectual, físico e emocional. E que Ercília lutou contra a religião dominante, as leis, a medicina, a polícia e a maioria de mulheres e homens insensíveis à sua pregação inovadora.

O feminismo de Cármen da Silva propunha mudar os papéis de homens e mulheres na sociedade: modificar leis, dividir tarefas, compartilhar papéis de cuidar dos filhos e da casa e trabalhar em uma profissão. Eram idéias de possível execução nos anos sessenta do século XX, as mulheres podiam investir na autonomia. Elas podiam, em tese, decidir o que fazer, embora continuasse a haver, como ainda hoje, oposições de homens que negam às mulheres a igualdade nos direitos, fato comprovado com os constantes atos de violência contra a mulher.

Assumimos a tese de que o feminismo não é uma categoria única, e que há diferenças pautadas pelas perspectivas individuais das militantes e das épocas em que viveram. Segundo leitura que fizemos (KOSHIYAMA, 1998), Cármen propunha uma mulher protagonista de sua história, e, ao longo dos anos de revista Cláudia procurou mostrar como isso podia ser (SILVA, 1994).

3. UM OLHAR DO PASSADO AO FUTURO

A distância no tempo mostra a permanência de uma situação em vários lugares do mundo: o não reconhecimento pleno da autonomia da mulher sobre a sua saúde física e mental, a negação dos seus direitos de cidadania — civis, políticos, econômicos, sociais e humanos, inclusive os sexuais e reprodutivos.

Ercília Cobra debateu explicitamente as questões da sexualidade e da reprodução, que eram silenciadas ou camufladas nos anos vinte do

século passado, como direitos e como temas da saúde da mulher. Do seu texto, extraímos uma conclusão: virgindade, gravidez, aborto, maternidade são processos vividos pelos corpos das mulheres, mas são as pessoas na cultura que atribuem valores, constroem os ritos e elaboram os mitos sobre esses momentos. Por este trabalho, comprovamos que a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos é um tema de longa duração (BRAUDEL, 1978) na história das mulheres, mas a sua efetiva conquista é um processo desigual e nunca permanente, pois é sujeito a retrocesso.

Pensamos que na história, os direitos de cidadania da mulher vinculam-se aos valores que a cultura propõe sobre as suas possibilidades de viver a sua condição como ser humano. Conforme nos lembra Agnes Heller, na obra *O cotidiano e a história*, é na vida cotidiana que nossos valores se expressam, são modificados ou destruídos (2004, p. 1-15).

E ainda hoje, para a mulher o acesso aos direitos de cidadania é uma questão de gênero e uma questão de classe e também um problema da cultura com múltiplas influências, e necessita da ação de movimentos sociais organizados, da execução de políticas públicas e de estado e de um inovador trabalho de uso de todos os processos de informação e de comunicação do mundo contemporâneo. A mídia contemporânea, apesar do conhecimento acumulado sobre as questões de gênero-mulher apresenta, em geral, uma interpretação conservadora dos temas e convida a participação maior da universidade no debate. É preciso desenvolver políticas e estratégias de comunicação eficazes que envolvam mudanças em todos os setores da sociedade nas relações de gênero, e não apenas nas políticas públicas referentes a cidadania da mulher. E vemos a contribuição que os estudos de comunicação e as práticas de pesquisa, ensino e extensão oferecem para a cidadania das mulheres, conforme debatemos a seguir.

4. LINGUAGEM SEXISTA E CIDADANIA DAS MULHERES

Constatamos a persistência do uso do masculino genérico e de outras estratégias de linguagem contrárias à cidadania das mulheres, mais de vinte anos depois da publicação de guias da Unesco com diretrizes para uma linguagem neutra quanto aos gêneros-sexos. Tais diretrizes, de 1987, foram atualizadas e republicadas em 1999 — frutos da produção

acadêmica e da pressão de feministas de vários países [6]. Sua completa aplicação e constante atualização dependem de empenho constante de mulheres e homens profissionais e docentes de comunicação.

A universidade tem um papel importante na mudança de mentalidades, na construção da democracia e da cidadania. Na área de comunicações, tem relevo a questão da discriminação sexista operada no campo da linguagem, já que persistem, nas publicações do país, o masculino genérico e outras estratégias de linguagem contrárias à cidadania das mulheres.

As ações oficiais, de caráter internacional, envolvidas na publicação dos guias da Unesco, reconhecem a existência (internacional) do sexismo, da discriminação de gênero. E, para não passarem por cínicas, indicam ações concretas para a construção da igualdade de gênero. Mas, é preciso compreender que essas ações oficiais não são o início de uma história. Os marcos mencionados não caíram do céu, mas foram frutos da pressão exercida pelas feministas. Elas atuaram a partir de seus movimentos, de sua presença na pesquisa e na docência acadêmica, em órgãos de comunicação, por dentro dos partidos políticos, sindicatos e muitas outras formas de associações.

Estudos acadêmicos e percepções das feministas foram permitindo analisar as principais estratégias de discriminação e preconceito contra as mulheres na linguagem. O conhecimento e reconhecimento dessas estratégias são um primeiro passo para as mudanças. Apresentam-se a seguir algumas dessas estratégias.

5. ESTRATÉGIAS DE OCULTAÇÃO SIMBÓLICA E CULTURAL DA EXISTÊNCIA DAS MULHERES

As estratégias de linguagem que manifestam e reforçam preconceito contra as mulheres podem e devem ser estudadas no âmbito do ensino de comunicações, com constante exame e problematização das possibilidades de uma outra linguagem, o menos possível carregada de discriminação. Convém então explicitar como essas estratégias operam por meio do masculino genérico, da inexistência de formas lexicais femininas, do não reconhecimento

de tais formas, das assimetrias restritivas ou pejorativas nas formas femininas de substantivos e adjetivos, do privilégio masculino nas enumerações.

Alardeia-se que o masculino genérico, comum em muitas línguas, teria a função de incluir as mulheres, mas essa forma na verdade as oculta. O uso do masculino genérico não pode ter a pretensão de ser neutro, pois ele não é senão uma construção ideológica, geradora de ambigüidades, como nos exemplos:

— Os mongóis foram grandes conquistadores. Nas localidades a que chegaram, tomaram dos camponeses suas terras e prostituíram suas mulheres.

— Perguntada sobre se tinha filhos, a mãe de Adriana e Rosa respondeu: “Tenho dois”.

Tina Amado é tradutora e experiente profissional de editoração. Para o livro *Educar para a igualdade: gênero e educação escolar* (2004), traduziu textos do inglês e fez a preparação de textos de todo o volume. Para referir-se à categoria docente, ela poderia simplesmente fazer o que é mais habitual em nossa cultura: optar por professores, o termo considerado genérico. Mas, enfrentando criticamente a questão, escreveu, para o volume, o texto “Professora ou professor”, em que debate as escolhas que fez na tradução e as escolhas que fizeram as autoras brasileiras, para referir-se à categoria docente.

Nos textos nacionais manteve a escolha da maior parte das autoras pelo masculino genérico: professores. Nas traduções procurou alternar as opções professoras e professores, professorado, docentes, comentando os limites de cada uma dessas opções. Ao dizer que o masculino genérico é o terror das tradutoras, Tina Amado comenta: “Espero que, apesar do emprego do feminino, tradutores preocupados com a questão, como Tomás Tadeu Silva, se sintam incluídos, tal como sou forçada a me sentir, no caso inverso, em inúmeras situações do dia-a-dia e na leitura da maioria dos textos” (2004, p. 15). Mas sempre há quem zele para que homens nunca tenham que fazer tal esforço de auto-inclusão. Em seu artigo, Tina Amado relata que preparou para um órgão público a edição de um material dirigido às professoras de 1ª a 4ª série, mantendo o uso do feminino. Recebeu o material de volta para “correção”, isto é, conversão para o masculino. A alegação foi a de que havia, principalmente concentrados no

interior, 1,5% de professores do sexo masculino (AMADO, 2004, p.17).

Em 1989, o Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo, traduziu e publicou o livro da Unesco *Não aos estereótipos: vencer o sexismo nos livros para crianças e nos manuais escolares*. Na avaliação de livros didáticos brasileiros, há mais de dez anos se exige que tais publicações não contenham discriminação de sexo. Pelo menos não se admite mais em tais livros as expressões o homem ou os homens como termos genéricos para indicar humanidade.

A inexistência de formas lexicais femininas ou não reconhecimento de tais formas tem consequências para a vida prática. Na França, cargos públicos e ocupações eram sempre designados somente pelo masculino até 1986, quando um ato oficial passou a exigir a obrigatoriedade do uso de ministra, deputada, doutora, professora. A partir dessa lei, as ofertas de emprego não podiam mais alegar falta de denominação em francês para oferecer vagas somente para homens.

Para Anne-Marie Houdebine-Gravaud, a feminização dos substantivos referentes a profissões ajuda as meninas a sonhar com novas possibilidades profissionais, a não cair no engodo de uma sociedade que alega não ter palavras somente porque o acesso das mulheres é recente em algumas dessas profissões (HOUDEBINE-GRAVAUD, 1999, p.30) [7].

Na sociedade, permanece uma estratégia discriminatória referente a certas formas femininas de palavras que indicam atributos. O preconceito e a discriminação consistem em atribuir caráter restritivo ou pejorativo, ou as duas coisas, a formas femininas como chefe, sargenta, honesta. São eloqüentes as assimetrias do léxico nos pares chefe e chefe, sargento e sargenta, mulher honesta e homem honesto, homem sério e mulher séria. Os dicionários perpetuam essas assimetrias que testemunham o sexismo presente na cultura, como se dicionaristas estivessem apenas acolhendo e registrando as acepções restritivas ou pejorativas. Comparem-se os exemplos retirados do dicionário Houaiss:

mestra. 1. mulher que se dedica ao ensino, professora.

mestre. 1. pessoa dotada de excepcional saber, competência, talento em qualquer ciência ou arte (Said Ali foi um m. da filologia, um dos

grandes m. da música).

Observando a teoria e a prática de um dicionário como o Houaiss, percebe-se que é escolha, em alguns casos, iniciar a definição de atributos por pessoa — um termo genérico para ser humano — e, em outros casos, iniciar a definição por termos sexuais para ser humano: mulher, homem, aquele. No caso dos pares piloto-piloto e médica-médico, *aquele* refere-se apenas a pessoas do sexo masculino, pois em piloto não se registra a possibilidade de que uma mulher possa pilotar, nem em médica se registra a possibilidade de que uma mulher possa exercer a medicina, contrariando obviamente o que acontece na realidade. Compare-se:

pilota 1. *infrm.* exaustão provocada por longa caminhada. 2. privação de alguma coisa que se possuía; perda, prejuízo. 3. derrota, revés. 4. censura áspera.

piloto 1. aquele que pilota navio mercante 2. prático 3. aquele que dirige qualquer embarcação 4. indivíduo que dirige uma aeronave 5. B motorista de provas automobilísticas.

médico 1. aquele que se formou em medicina e pode exercê-la.

médica 1. certa espécie de alfafa.

O verbete médica menciona a homonímia entre médica, como f. de médico (adj.s.m referente a Média, na Pérsia) e o topônimo Médica. A homonímia se daria, então, apenas entre o adjetivo médica e o topônimo. Donde se conclui que, para o Houaiss, o substantivo médica não existe, a não ser como espécie de alfafa.

É interessante observar no dicionário Houaiss a teoria do trabalho de dicionarização exposta em texto introdutório:

1.6.4. As formas femininas de nomes de animais, profissões, nomes de parentesco etc só ganharam entradas separadas no dicionário quando contavam com aceções ou locuções inexistentes na forma masculina. Exemplos: gata, macaca, canária, tia, filha, prima, médica, mestra, bailarina. 1.6.4.1. Os raros casos em que tal regra foi quebrada justificam-se pelo inusitado do registro (HOUAISS E VILLAR, 2001, p.xix). •

Observe-se, então, a prática do dicionário:

Comunicação para a cidadania da mulher: uma questão de...

professor 1. aquele que professa uma crença 2. aquele cuja profissão é dar aulas em escola, colégio ou universidade: docente, mestre 4. fig. indivíduo muito versado ou perito (em alguma coisa).

professora 1. mulher que ensina ou exerce o professorado 2. B, N.E. *infrm.* prostituta com quem adolescentes se iniciam na vida sexual.

profeta 1. pessoa que anuncia os desígnios divinos, que prediz acontecimentos por inspiração de Deus.

profetisa 1. mulher que faz profecia.

No corpo do dicionário, o verbete *tia* repete várias acepções idênticas ao do verbete *tio*. Mas, a acepção 5 diz: “dona de lupanar” e a 6 arremata: “designação atribuída ao homossexual de meia-idade”.

A ordem nas enumerações pode operar também como estratégia de discriminação contra as mulheres. Como aponta Claire Michard (1999), é comum em muitas línguas que as enumerações sigam a ordem: seres animados humanos, seres animados não-humanos e seres inanimados. Essa ordem expressa uma hierarquia, do mais importante para o menos importante. Nas enumerações de seres humanos, a linguagem corrente estabelece uma hierarquia constante, atribuindo maior valor cultural e social ao primeiro termo: os homens e as mulheres, os meninos e as meninas, os irmãos e as irmãs, os pais e os filhos, o médico e os pacientes, professores e alunos. Para Michard, "essa ordem canônica no interior de um par referente a pessoas exprime relações de desigualdade social... trata-se de uma ordem decrescente de determinação quanto à humanidade" (1999, p.61).

6. ALGUMAS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO NO USO DA LINGUAGEM

A linguagem não trata imparcialmente mulheres e homens. Não há democracia nem compromisso com a cidadania de gênero nas regras da linguagem dominantes. Daí a necessidade de intervir conscientemente, seja examinando criticamente as publicações e dicionários, seja avaliando as possibilidades sugeridas pelos manuais da Unesco mencionados neste

artigo, seja propondo e testando novas estratégias de promoção da cidadania das mulheres.

Maria Elena O. O. Assumpção e Maria Otilia Bocchini, em seu livro *Para escrever bem* (2006), optaram por alternar ao longo do texto as formas femininas leitora e redatora e as formas masculinas, leitor e redator, com valor de genérico. Essa foi uma maneira de evitar a tediosa repetição da fórmula leitor e leitora, redatora e redator. Em nota, afirmam:

Causa certo estranhamento [o uso do feminino como genérico] no começo, mas logo passa. É uma solução possível para evitar o uso exclusivo do masculino quando se quer falar com pessoas dos dois sexos (ASSUMPCÃO e BOCCHINI, 2006, p. 28).

O recurso já havia sido usado no boletim *Mulher e Saúde* (de 1993 a 1999), da Sempreviva Organização Feminista, editado por M. O. Bocchini. Nesse boletim, alternava-se médica e médico, com valor de genérico. Também o *Jornal de Estudo*, órgão laboratorial do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, aplicou essa alternância, no período em que foi coordenado pela professora doutora Cláudia Regina Lahni. Obviamente, optar pelo uso do feminino com valor de genérico funciona como teste dessa possibilidade junto a leitoras e leitores. As autoras do livro receberam muitas aprovações explícitas de leitores e leitoras para a opção, a maioria das quais reconhecendo o estranhamento inicial e a familiaridade fácil no prosseguimento da leitura, confirmando a profecia da nota. Apenas uma professora de português relatou a persistência do estranhamento ao longo de toda a leitura. O *Jornal de Estudo*, se recebeu muita aprovação, foi alvo também de grosseiras críticas enviadas por e-mail, escondidas sob pseudônimos. Nas enumerações deste parágrafo aparecem, alternadamente, as ordens feminino-masculino (leitoras e leitores) e masculino-feminino (leitor e leitora).

6. A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO, DA MEMÓRIA, DA HISTÓRIA E DA DIVULGAÇÃO

A cidadania plena para todas as mulheres é parte de uma perspectiva feminista que resulta do conhecimento da história e do desejo de superar

Comunicação para a cidadania da mulher: uma questão de...

as limitações colocadas pelas práticas culturais discriminatórias repetidas ao longo do tempo. Pesquisas contribuem para o conhecimento e para a crítica das idéias e das ações relacionadas à cidadania das mulheres.

Pesquisas feitas trazem às mulheres informações para lutar pelos seus direitos de cidadania. Como o trabalho de doutorado de Regina Soares Jurkewicz em edição das Católicas pelo Direito de Decidir: *Desvelando a política do silêncio: abuso sexual de mulheres por padres no Brasil (2005)*, divulgado com o comentário sobre a interdição institucional aos fatos comprobatórios de assédio sexual dentro da Igreja Católica. A autora sublinha:

Na América Latina e especialmente no Brasil, as denúncias são raras e apontam para uma política de sofrimento e silêncio que, na maioria das vezes, termina sem a punição legal dos acusados [8].

A teóloga Regina Soares Jurkewicz, com seu trabalho, acolheu as falas de mulheres discriminadas difamadas como desequilibradas e indignas de crédito ao relatarem acontecimentos que tinham vivido. Às vezes, as pessoas até sabiam dos fatos acontecidos, mas acobertavam a identidade dos homens, que tinham a palavra final, em nome de uma boa imagem para a instituição religiosa. Os tempos de hipocrisia e de acobertamento não terminaram, mas os movimentos sociais, as organizações governamentais e não governamentais, as universidades podem contribuir para modificar a cultura dominante. Dizer como as coisas são e propor mudanças torna possível alterar condições de vida indesejáveis.

NOTAS

[1] Sandra Aliaga Bruch é jornalista e comunicadora social boliviana, feminista e integrante do Centro de Información y Desarrollo de la Mujer (CIDEM) — Bolívia. Depoimento da autora no Seminário “A Mulher e a Mídia – 5”, em 1 de novembro de 2008, conforme registro no site do evento por Terezinha Vicente Ferreira, e complementada por entrevista pessoal por nós realizada. Em uma sociedade em que houvesse igualdade de gêneros, etnias e classes, teríamos uma fusão entre comunicação e gênero, pois não faria sentido a separação em mídia e poder.

Disponível em: <http://www.patriciagalvao.org.br/novo2/mm5mesa1.html>

[2] Cf.obra Virgindade Anti-higiênica — Preconceitos e convenções hipócritas, de Ercília

Nogueira Cobra, publicada em 1924.

[3] Maria Lúcia de Barros Mott procurou com insistência vestígios da vida de Ercília, que permitisse escrever sobre a vida pessoal dessa mulher destemida. O resultado do seu percurso está na História de uma romancista corajosa. In: <http://cucamott.sites.uol.com.br/romancista.htm>, Acesso em dezembro de 2006.

[4] Um acervo de estudos sobre Ercília e sua avaliação pode ser encontrado em Cobra, Rubem Q. — Ercília: culta e destemida modernista brasileira. COBRA PAGES: www.cobra.pages.nom.br, Internet, Brasília, 2000. Acesso em dezembro de 2006.

[5] Cf.: entrevista, publicada no Caderno ALIAS, O Estado de S. Paulo, 04 de março de 2007, p.4.

[6] Em inglês, espanhol e francês, os guias intitulam-se: Guidelines on Gender-Neutral Language, Pour l'égalité des sexes dans le langage e Recomendaciones para un uso no sexista del lenguaje.

[7] O artigo de Houdebine-Gravaud apareceu na revista Nouvelles Questions Féministes, no nº1 do vol.20, que teve como tema "Sexismo e Linguística". A revista NQF é indexada e, na altura de seu volume 20, era publicada com apoio do Ministério dos Direitos das Mulheres francês.

[8] Cf. consta em: http://catolicasonline.org.br/Publicacao_visualiza.aspx?cod=115

REFERÊNCIAS

ALIAGA BRUCH, Sandra. "Comunicação deve ter enfoque de gênero". Mesa-redonda Mídia Gênero e Opinião Pública, 01 nov. 2008, In: *Seminário Nacional A Mulher e a Mídia 5*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM)/Instituto Patrícia Galvão e Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), 1 e 2 nov. 2008. Disponível em <<http://www.patriciagalvao.org.br/novo2/mm5mesa1.html>> [Acesso em: 2 nov. 2008].

AMADO, Tina. "Professora ou professor? (nota da tradutora)". In: SILVEIRA, Maria Lúcia da.; GODINHO, Tatau (orgs). Coordenadoria Especial da Mulher/Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura de São Paulo. *Educar para a igualdade: gênero e educação escolar*. São Paulo, 2004. p 15-17.

ASSUMPÇÃO, Maria Elena O. O.; BOCCHINI, Maria Otilia. *Para escrever bem*. 2ed ampl. São Paulo: Ed. Manole, 2006.

BRAUDEL, Fernand. "História e ciências sociais: a longa duração". In: *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978, pp. 41-77.

COBRA, Ercília Nogueira. *Virgindade Anti-higiênica – Preconceitos e convenções hipócritas*. São Paulo: Ed. da Autora, 1924, p.127. Transcrição de R. Q. Cobra Disponível em: <<http://www.cobra.pages.nom.br/virgindade.html>> [Acesso em: 10 dez. 2006].

COBRA, Rubem Q. “Ercília: culta e destemida modernista brasileira”. In: *COBRA PAGES*. Internet, Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.cobra.pages.nom.br/>> [Acesso em: 15 dez. 2006].

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, 7a. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 2001

HOUEBINE-GRAVAUD, Anne-Marie. “Femmes/langue/féminisation: une expérience de politique linguistique en France”. In: *Nouvelles Questions Féministes: revue internationale francophone*. vol.20, nº1, 1999, p.23-51

JURKEWICZ, Regina Soares. *Desvelando a política do silêncio: abuso sexual de mulheres por padres no Brasil*. São Paulo: Editora Católica pelo Direito de Decidir, 2005. Disponível em: <http://catolicasonline.org.br/Publicacao_visualiza.aspx?cod=115> [Acesso em 5 ago. 2008].

KOSHIYAMA, Alice Mitika. “Communication, identité et citoyenneté féminine dans la culture globale: actualité du passé”. In: *Actes du IV^{ème} Colloque France-Brésil des Chercheurs en Communication – Pratiques Culturelles Communication Et Citoyenneté*, Grenoble, 1998, pp.269-276.

_____. “A educação de uma nova mulher: o sonho e o pesadelo de Ercília N. Cobra”. paper aprovado para apresentação no GT Poder, Gênero e Práticas da Liberdade, no Congresso Regional da ANPUH-SP, São Paulo, USP, setembro de 2008.

MICHARD, Claire. “Humain/femme: deux poids deux mesures dans la catégorisation de sexe en français”. In : *Nouvelles Questions Féministes: revue internationale francophone*. vol.20, nº1, 1999. p53-93.

MICHEL, Andrée. *Não aos estereótipos: vencer o sexismo nos livros para crianças e nos manuais escolares*. Trad. Zuleika Alembert e Violette

Nagib Amary. São Paulo/Paris, Conselho Estadual da Condição Feminina/Unesco, 1989.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *História de uma romancista corajosa*. Internet, São Paulo, Disponível em: <<http://cucamott.sites.uol.com.br/romancista.htm>> [Acesso em 15 dez. 2006].

Nouvelles Questions Féministes – NQF –, nº1 do vol. 20, tema: Sexismo e Lingüística.

PERROT, Michelle. “Caçadora de memórias femininas” (entrevista a Laura Greenhalg). In: *O Estado de S. Paulo*, Caderno ALIAS, 04 mar. 2007, p 4-5.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SILVA, Cármen da. *O Melhor de Carmen da Silva*. Seleção de Júlia Tavares, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

UNESCO. *Recomendaciones para un uso no sexista del lenguaje*. Paris, c. 1987.

_____. *Guidelines on Gender-Neutral Language*. 3 ed. Paris, 1999.

_____. *Pour l'égalité des sexes dans le langage*. 3 ed. Paris, 1999.